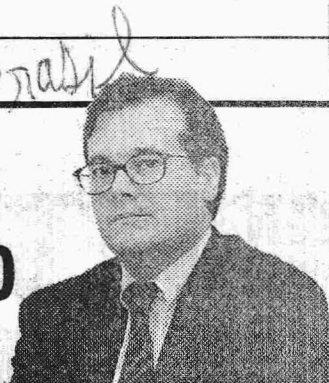


24 OUT 1999

4 JORNAL DO BRASIL

economia - Brasil

**Gustavo
H.B. Franco**



Empreendedores e vietcongues

Faz tempo que o Brasil precisava de uma nova cultura empresarial. E, com todas as mudanças que vivemos nos últimos anos, estamos finalmente formando um núcleo de empresas novas e renovadas, nacionais e estrangeiras, industriais e prestadores de serviços, para as quais dois valores fundamentais e novos despontam com muita clareza. Primeiro, o desprezo pelo setor público, ou a postura de distanciar-se o mais possível desse gigante predador, que pode destruir o seu negócio num momento de distração, mudando um regulamento sem atinar para as conseqüências, ou com uma atuação extravagante ou ainda porque não paga pelo que compra. Segundo, a excelência empresarial, marcada pela busca da produtividade, pela falta de piedade com a concorrência, pela ousadia, sangue frio e criatividade.

Foi necessário que a abertura, a privatização e os investimentos diretos invadissem o Brasil para que o setor privado ou as melhores partes dele adotassem essa nova cultura de independência, competência e competitividade, à moda de outros países que se sentem à vontade como economias de mercado, não se recordam do tempo em que foram capitânias hereditárias ou nunca foram países onde os negócios privados eram dádivas Del'Rey.

Com relação ao governo, as reformas não andaram nem de perto com a mesma rapidez, o que apenas fez crescer o descompasso entre uma nova economia crescendo por sua própria conta, e entusiasmada com suas próprias energias, e um Estado ainda iludido com o seu gigantismo, como se isso representasse efetiva capacidade de conduzir os destinos econômicos do país. Essa ilusão é ajudada pelas pessoas que cultivam a lembrança de um tempo passado, cada vez mais longínquo, em que o governo era o Grande Timoneiro do Desenvolvimento. Para essa velha-guarda, um empreendimento para ser bem-sucedido precisava ser tocado pela mágica da intervenção governamental: um financiamento, uma autorização, uma proteção, quem sabe uma dotação orçamentária, um favor sem o qual o empresário era um desamparado, um pequeno Kafka a enfrentar restrições regulatórias, burocracias hostis, impostos pesados e complicados e uma fiscalização predatória e cruel a torturá-lo sem explicações. E acrescente-se a isso os juros escorchantes existentes na rede bancária mercê das babilônicas necessidades de financiamento do governo. Naquele tempo, ainda presente em boa medida, para os inimigos do Estado tínhamos não apenas a lei mas, pior que isso, o mercado.

Quem sai da faculdade hoje com uma boa idéia na cabeça e pensando em tornar-se um empreendedor, formar sua empresa e fazer fortuna como tantos jovens da Califórnia pode começar a se desiludir ouvindo os conselhos de seus professores de História, ou diretamente de seus familiares: no Brasil as coisas sempre foram meio diferentes. O caminho mais seguro para uma vida sem sobressaltos sempre foi um emprego público, ou talvez um bom casamento. Um caminho mais ambicioso era o de um empreendimento apoiado pelo governo. Mas como essas prebendas não existem mais em quantidade, tamanho foi o abuso no passado, o nosso jovem empreendedor tem grandes chances de fracassar num experimento empresarial e de engrossar as estatísticas de desemprego, ou de se envolver em ocupações que o Dieese chamará de *precárias* e que tomará como sinônimas de desemprego. Nesse conceito o *desemprego* em São Paulo estaria na casa de 18% ou 19%. De acordo com o IBGE o número seria entre 8% e 9%, a diferença sendo esses *precários*.

O que é possível fazer para ajudar esses brasileiros cheios de energia a criar negócios bem-sucedidos que vão oferecer empregos às pessoas e fazer o país crescer?

É simples: tirar o governo do caminho. Se conseguirmos, por um milagre, reduzir o déficit público a níveis europeus ou, melhor ainda, a níveis americanos, vamos ter taxas de juros de primeiro mundo, não vamos mais precisar de CPMF, nem de IOF, nem de compulsórios que hoje impedem os bancos de fornecer capital de giro barato para as empresas. E mais: na ausência de déficit, a administração da dívida pública pode ser tal que *desocupe* a poupança privada para que tenhamos um verdadeiro mercado de capitais, onde fundos mútuos vão procurar empresas, fundos de pensão e companhias de seguro vão buscar empreendimentos com retorno a prazo longo, vamos ter mercado primário, vamos assistir ao surgimento das companhias de investimento, e vamos ter traduções em português para *venture capital*, *private equities*, *governance funds*, *IPOs* e tantas outras criaturas de clima temperado que bem poderiam aqui se adaptar. Tudo isso, é claro, se o governo equilibrar suas contas, o que significa que estamos a R\$ 100 bilhões de distância desse cenário.

Terminar com o déficit, e materializar este cenário de sonho, não é uma tarefa que se resolve com um simples e certo *ippon*. Já vimos esse filme. A complexidade da tarefa reside exatamente em que ela tenha múltiplas, quem sabe milhares de frentes de batalha. Não é uma guerra convencional, na qual a vitória em uma grande batalha – a previdência, por exemplo – significa a rendição do inimigo. Pelo contrário: essa guerra é como a do Vietnã, onde milhões de aguerridos guerrilheiros estão escondidos num emaranhado de redes subterrâneas, de onde saem sorrateiramente para minar as finanças públicas de maneira que as defesas convencionais não são capazes de impedir.

O desequilíbrio fiscal decorre de velhas e arraigadas atitudes: o que é público não tem dono, ou o Estado deve se deixar pilhar pela sociedade organizada, dentro da qual todos têm o direito a uma mordida. Nosso problema não é econômico, mas antropológico: o Brasil criou um inominável excesso de *moedas cívicas*, que são *passivos do Estado* correspondentes a um monumental reconhecimento de direitos, conquistas e reparações devidas a certos cidadãos e grupamentos (e é por isso que lutam os vietcongues nos subterrâneos da República), em valor muito superior ao que é possível recolher em impostos. Temos uma *inflação de direitos*, que a todo momento pode virar uma inflação de verdade. Precisamos de uma revolução, de uma mudança radical no papel do Estado na economia, que talvez só venha a ocorrer quando a Nova Ordem estiver suficientemente grande e dominante, para tomar o governo com o propósito explícito de reduzi-lo a uma sombra do que um dia já foi.

É certo que virá, mas pode demorar.

Gustavo H. B. Franco é professor da PUC-RJ e ex-presidente do Banco Central do Brasil